



NOVAS PESQUISAS

O WHATSAPP NA PRÁTICA ETNOGRÁFICA

Acesso digital e ferramenta de pesquisa junto a mulheres pobres na pandemia

Paula Lacerda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais | Rio de Janeiro, Brasil
lacerdapaula@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-2938-8136

Manuela Cordeiro

Universidade Federal de Roraima
Instituto de Antropologia, Laboratório de Pesquisa e Extensão sobre o rural | Boa Vista, Brasil
cordeiro.manuela@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-5096-4014

Taniele Rui

Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Antropologia | Campinas, Brasil
tanieler@unicamp.br | ORCID iD: 0000-0002-2404-3959

Introdução

Em maio de 2020, dois meses após o anúncio da Organização Mundial de Saúde de que a COVID-19 se caracterizava como uma pandemia, uma equipe de pesquisadoras brasileiras iniciou a participação no projeto “Implementation of COVID-19 related policies for household inequalities across five countries”, coordenado pelas Profas. Dras. Clara Han e Veena Das, ambas do Departamento de Antropologia da Universidade Johns Hopkins (EUA). Tal investigação objetivou documentar, em perspectiva comparada, o cotidiano de famílias em situação de vulnerabilidade – especialmente em relação à condição socioeconômica, saúde, moradia e acesso a serviços públicos –, com o intuito de compreender, no tempo da urgência pandêmica, como



enfrentavam, a partir de suas realidades, o fenômeno global. Para realizar a pesquisa, a estratégia foi acionar uma rede de investigadoras que trabalhavam sobre o tema e que tinham relações próximas com suas interlocutoras nas cidades de Altamira (PA), Ariquemes (RO), Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

De perfil comparativo, a pesquisa teve como instrumento um questionário com cerca de 70 perguntas, abertas e fechadas, pensado para ser aplicado quinzenalmente, de maneira que fosse possível acompanhar o cotidiano das famílias envolvidas no estudo durante o período da pandemia, cuja duração era ainda desconhecida. Como estávamos nos primeiros meses da pandemia, ainda sem vacina no Brasil e com poucas e confusas informações sobre o vírus, a recomendação era que a pesquisa fosse realizada de maneira remota. Assim, em sua maioria, a pesquisa foi realizada com o uso de smartphones – nossos e das nossas interlocutoras, por meio de ligações telefônicas, mas sobretudo por meio de mensagens de texto, áudio, envio de imagens e chamadas de voz e vídeo no aplicativo WhatsApp. Bastante extenso, o questionário não foi diretamente enviado para as interlocutoras da pesquisa pelos smartphones. Nós entrávamos em contato com elas e conduzíamos as perguntas do questionário. É importante dizer que eram interlocutoras em pesquisas anteriores e que, pela ocasião pandêmica, passamos a tecer com elas relações mais estreitas por meio do digital.

Neste artigo, buscaremos descrever e discutir as implicações da realização de uma pesquisa etnográfica sobre o cotidiano, à distância e por meio de smartphones. Consideramos que a pesquisa permite avançar na discussão contemporânea sobre etnografia, uma vez que, mesmo fora de uma pandemia e sem a necessidade de obedecer a recomendações de isolamento, pesquisadoras e interlocutoras de pesquisa seguem conectadas aos seus aparelhos de maneira muito mais intensa do que aquela que poderia ser verificada antes da pandemia. Assim, seguimos as propostas de Wouters et al. (2013), na obra “Virtual knowledge”, para quem o conhecimento é inscrito na e pela tecnologia e nos instrumentos sociais e materiais. Acreditamos que, mesmo quando os smartphones não são o principal recurso de pesquisa, eles seguem fundamentais, pois as relações não se realizam fora da tecnologia. O nosso artigo, assim, movimenta-se entre o uso do smartphone para a produção de uma etnografia e o uso do smartphone por nossas interlocutoras em seus cotidianos.

Ao demarcar a centralidade desses dispositivos na etnografia atual, enfatizamos, por um lado, que as relações de pesquisa acompanham mudanças nas formas de relacionamento da sociedade mais ampla. Ou seja, a centralidade que os smartphones alcançaram na vida cotidiana das nossas interlocutoras – Bárbara, Vanessa, Francisca e Márcia – se reflete na relação de pesquisa. Partimos de dimensões relativas às desigualdades no acesso a smartphones e à internet (e mesmo a algo anterior: energia elétrica) e ao nível de letramento no manejo dessas ferramentas. As relações de pesquisa que embasam este artigo foram desenvolvidas com interlocutoras que habitam sobretudo a região Norte do país (e, em dois casos, cidades do interior), que possui o segundo pior indicador quando o assunto é acesso e manejo da tecnologia, segundo dados da pesquisa TIC Domicílios (2022). No caso de Vanessa, que mora em São Paulo, ela vive numa ocupação horizontal privada de infraestrutura como água, rede elétrica e asfalto. Nosso estudo, por isso, aponta a modulação de gênero e classe na desigualdade de acesso à tecnologia, tendo em vista a tripla jornada das mulheres e o alto custo de acesso, entre outros.

Para desenvolver a discussão proposta, o artigo inicia apresentando as interlocutoras, suas famílias, as condições de moradia e o contexto urbano em que viviam, especialmente no que dizia respeito à pandemia de COVID-19. Consideramos o cotidiano narrado como situações sociais, o que quer dizer que buscamos compreender de forma conjunta as relações sociais das interlocutoras (incluindo a relação conosco, as pesquisadoras), os episódios que nos foram relatados e o contexto mais amplo no qual as interlocutoras estão inseridas. Na sequência, organizamos os principais tópicos desta etnografia a partir de cada uma das interlocutoras. Baseamo-nos na relação de troca que construímos com elas, na qual o WhatsApp tem papel central. Por meio de mensagens de áudio, texto, chamadas de vídeo e ligações telefônicas, acessamos parte do cotidiano e dos dilemas dessas mulheres e de suas famílias. A interação contínua por meio do WhatsApp produziu uma espécie de presença que possibilitou que as nossas interlocutoras compartilhassem, além do cotidiano, situações excepcionais de suas vidas, o que buscaremos explorar também. Nesse aspecto, seguimos a leitura de Parreiras (2024) acerca do lugar central do WhatsApp como local de contatos entre pessoas e como mediador de relações sociais.

Em consonância com estudos sobre antropologia e o digital, neste artigo, enfatizamos as dimensões incorporadas, corporificadas e cotidianas da internet (Hine 2020). No que se refere especificamente ao aplicativo que mediou a maior parte das interações com nossas interlocutoras, o WhatsApp, Gómez e Harindranath (2020) afirmam tratar-se de uma “tecnologia da vida”, a partir de estudo realizado no México em que identificam usos flexíveis, móveis, instantâneos e personalizados do aplicativo. Lins, Parreiras e Freitas (2020) escrevem sobre a etnografia digital como um campo de problematização que vê nas tecnologias um espaço para a investigação antropológica, sendo o digital um espaço onde as pessoas também se fazem. Assim, tais autoras, em diálogo com uma bibliografia já clássica sobre o tema (como Christine Hine e Daniel Miller), consideram a etnografia digital uma prática etnográfica que não somente se limita a utilizar as tecnologias digitais como ferramenta de trabalho; considera que tais tecnologias complexificam o olhar do antropólogo, como “objeto” mesmo sobre o qual se refletirá. O objetivo deste artigo, portanto, é demonstrar que o uso do WhatsApp é tanto uma ferramenta experimentada pelas interlocutoras quanto uma novidade para o exercício etnográfico que experienciamos nesta pesquisa.

Acompanhamos a reflexão de Parreiras (2024), inspirada por Treré (2020) e Nemer (2022), em suas considerações do WhatsApp como uma “tecnologia mundana, que beira o banal”. A interação com as nossas interlocutoras revelou a “quase onipresença do WhatsApp e dos seus múltiplos usos” (Parreiras 2024:12). Por meio do WhatsApp, Bárbara, Vanessa, Francisca e Márcia administram um conjunto intrincado de tarefas de gestão doméstica (como encomendar botijão de gás), burocráticas (agendar a próxima visita ao Centro de Referência da Assistência Social), afetivas (enviar e receber notícias de amigos e familiares), entre muitas outras possíveis. Nossas interações de pesquisa se deram, portanto, em meio a tantas atividades no aplicativo, às vezes realizadas simultaneamente. Isso, por um lado, facilitou interações de pesquisa, que se tornaram diluídas no cotidiano, assemelhando-se aos desafios que o trabalho de campo presencial oferece. Por outro lado, reconhecemos que não foi fácil delimitar, via WhatsApp, os momentos da pesquisa de momentos de outras interações que também realizávamos por meio do aplicativo, já que nossa relação com as interlocutoras, de maneira

geral, precedia a realização desta pesquisa. Nosso procedimento, caso algo de interesse fosse dito fora de uma interação de pesquisa, era retomar o assunto quando estivéssemos realizando perguntas específicas do estudo, o que era previamente informado às interlocutoras. Utilizamos como material empírico a forma como o assunto surgia nessa segunda interação.

Diante disso, por mais que o WhatsApp esteja disponível no Brasil desde 2009, apostamos que a reflexão metodológica e prática sobre a pesquisa por esse meio ainda está sendo desenvolvida, tanto no Brasil quanto no exterior. No nosso caso, foi, de fato, com a pandemia que nós e nossas interlocutoras nos tornamos usuárias assíduas do aplicativo, manejando com relativa habilidade seus recursos. Portanto, o uso de certas ferramentas digitais, dentre as quais destacamos o WhatsApp, passa a ser experimental tanto no cotidiano das interlocutoras quanto para a etnografia. Inspiradas por essas perspectivas, esperamos que o presente texto ofereça exemplos de reflexões sobre como o cotidiano pode ser descrito a partir do digital em termos etnográficos, considerando que a prática etnográfica é constitutiva da própria antropologia.

As interlocutoras: Bárbara, Vanessa, Francisca e Márcia

Para este artigo, teremos como fio condutor a relação que estabelecemos com nossas interlocutoras, sendo três delas residentes da região Norte do país e uma residente na região Sudeste. Por meio da mediação de smartphones, realizamos conversas periódicas que tinham como cena a aplicação do questionário da pesquisa e interações cotidianas, em que elas compartilhavam aspectos de sua vida, por vezes íntimos, em busca de escuta, acolhida e aconselhamento. Direcionamos as perguntas do questionário em cada conversa realizada com as interlocutoras, de forma que elas não respondiam e ele sozinhas, mas a partir de nosso contato. O WhatsApp serviu também para comunicar aflições geradas pelo contexto pandêmico, sendo uma ferramenta de transmissão de imagens, áudios e mensagens de outras pessoas. Antes de discorrer sobre os principais aspectos abordados a partir desta pesquisa, apresentamos brevemente nossas quatro interlocutoras: Bárbara, Vanessa, Francisca e Márcia.

Bárbara, 37 anos, tem o ensino médio completo e, na época da pesquisa, era dona de casa. Sem conseguir fazer os serviços de faxina por causa da pandemia, ela buscava soluções para sua situação socioeconômica, que de fato estava grave. Vivia com o marido e seus filhos na cidade de Altamira, no estado do Pará. Altamira é uma cidade no sudoeste do Pará, que possui estimados 115 mil habitantes. Ainda hoje, Altamira é conhecida como a “capital da Transamazônica”, sendo Transamazônica a estrada aberta pelos governos militares e inaugurada em 1972. Atribuir a Altamira o posto de “capital” significa reconhecer que ela concentra serviços que não estão disponíveis nas cidades vizinhas (inclusive de saúde). Durante a pandemia, Altamira teve dois bloqueios totais (*lockdowns*) decretados, sendo o primeiro resultado de uma Ação Civil Pública que levou em consideração o baixo número de leitos para atender a toda a população de “Altamira e região”, composta por outros oito municípios (Lacerda 2021a).

Vanessa tem 28 anos, vive com o marido e os quatro filhos em um terreno daquela que é considerada a maior ocupação horizontal do país, localizada na cidade de Sumaré-SP, atualmente em vias de regularização. Ela foi o primeiro caso de COVID-19 confirmado na ocupação, o que, em parte, pode ser explicado a partir do seu trabalho como agente popular de saúde e como entregadora de boletos referentes ao pagamento dos terrenos. Ambos os trabalhos

a faziam circular o dia todo pela Ocupação, onde vivem cerca de 10 mil pessoas. Atuante junto ao módulo de saúde do local, ela foi rapidamente diagnosticada. Por meio de parceria entre a Unicamp e esse módulo de saúde, o contato com ela foi prontamente estabelecido, e pelo WhatsApp foi possível acompanhar seu isolamento.

Francisca, 32 anos, é mãe de dois filhos, casada, residente em Ariquemes, no estado de Rondônia. No período das entrevistas, ela estava morando na casa de sua falecida mãe junto aos seus filhos e à sua irmã. Passado algum tempo, sua irmã mudou-se para um outro local. O companheiro de Francisca é profissional da construção civil e vive de forma intermitente com ela. Ela é militante de diversos movimentos sociais, notadamente em coletivos compostos por mulheres. Márcia, 24 anos, estudava nutrição, mas na época da pesquisa havia trancado o curso e vivia com seu namorado de 27 anos em um apartamento alugado. Ele trabalhava em festas e eventos na cidade, que diminuíram consideravelmente com a pandemia. Por um tempo, estagiou em um escritório de advocacia localizado na capital, Porto Velho, logo retornando a Ariquemes, quando decidiu morar com Márcia. Mesmo quando morava sozinha, Márcia contava com o apoio financeiro de sua família para o sustento cotidiano.

Essas duas últimas mulheres apresentadas moram no estado de Rondônia. Sobretudo pelos relatos de Francisca, é possível visualizar um ambiente no qual os gestores políticos pouco atuaram em relação às medidas de prevenção à COVID-19 e no qual foi baixa a adesão à vacinação pela população. Ariquemes possui uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, sendo a terceira cidade mais populosa de Rondônia. Até 2019, de acordo com o IBGE, pouco mais de 16% dos domicílios de Rondônia possuíam acesso à internet. Segundo a PNAD Contínua, em 2021 o celular era o principal dispositivo de acesso à internet. O uso da internet móvel para chamadas de voz ou vídeo ultrapassou o das mensagens de texto, voz ou imagens, finalidade mais frequente até 2019, isto é, período anterior à pandemia, realidade de nossas interlocutoras.

Assim, o experimento etnográfico ora apresentado reside no uso de ferramentas pouco exploradas para a interação com interlocutoras que já haviam construído uma relação de proximidade com as autoras. Trata-se, em nosso entender, de um exercício à distância provocado por circunstâncias alheias à dinâmica que até então havíamos estabelecido com elas, após um período de interação marcado pelo “estar lá”, o que permitiu criar laços de confiança renovados ao explorar outras formas de comunicação, que inclusive garantiam acesso “instantâneo” às interlocutoras, tais como os áudios e fotos ao longo da pandemia, diferente dos períodos de campo quando a interação é circunscrita a determinada temporalidade. Não se trata, assim, de uma etnografia integralmente realizada de modo digital, mas se trata exatamente de pensar como, no novo contexto sanitário, a ferramenta que fora inicialmente pensada como meio de acesso às interlocutoras se tornou também objeto de interesse e atenção, recurso metodológico e modo de (re)conhecer pessoas com as quais já desenvolvemos relações.

Tais mulheres escolhiam momentos em que estavam sozinhas e menos atarefadas para responder às nossas mensagens, mas algumas vezes a interação ocorria sem qualquer aviso prévio, durante alguma intercorrência que desejavam comunicar, por exemplo. Elas partilhavam conosco suas vivências por meio de narrativas que, englobando diversos âmbitos de suas vidas, são extremamente íntimas e também políticas no sentido mais amplo. Os assuntos mais íntimos

implicavam deslocamentos para espaços resguardados, não vistos, mas comunicados às pesquisadoras com o uso do WhatsApp. Todas passaram pela COVID-19 e compartilharam um momento político de graves ameaças à democracia, às instituições, aos programas sociais e ao meio ambiente.

Portanto, o exercício etnográfico como comparação com a teoria de dados originais produzidos no campo é realizado com o uso de ferramentas antes acessórias ao contato de campo, como os recursos permitidos pelo WhatsApp – ligações, áudios, vídeos, trocas de fotos. As ações e relações estudadas não se desenvolviam unicamente no digital, mas esse era o meio a partir do qual acessávamos o cotidiano das interlocutoras. Ao se perguntarem se há um “outro” ou “novo” do digital e qual seria a sua natureza, Freitas e Ramos (2017) enfatizam que o material de pesquisa sempre foi formado pelos elementos além daqueles advindos da relação entre pesquisadora e interlocutora, tais como documentos oficiais, jornais e outros registros. Além disso, o próprio exercício etnográfico é fundado na premissa de sua reconstrução perene, não havendo universo que seja interdito à pesquisa, tal como ciberespaço, mesmo antes da pandemia: “(...) as novidades teóricas mais frutíferas são aquelas que, como nos mostra a história da antropologia, nascem do esforço por dar conta de empirias específicas, e é nesse artesanato etnográfico que novas proposições teóricas são construídas” (Freitas e Ramos 2017:4). Durante o período pandêmico, as ferramentas digitais de acesso cumpriram o papel de manter a comunicação, atravessada pelo isolamento social, restaurando sentidos para o cotidiano das pessoas e para a análise também na etnografia.

Mais do que um método, a etnografia como abordagem pode nos levar a pensar o espaço de interação digital como algo que muitas vezes não é autocontido (Miller e Slater 2004). Esses autores apostam em uma pesquisa sobre os processos que têm como consequência a geração dos fenômenos ligados ao uso da internet em Trinidad. Dessa forma, não se trata de pensar a internet apenas como uma tecnologia que é objeto de estudo, e Trinidad como seu contexto cultural. Essa formulação se aproxima da pesquisa aqui apresentada, salientando que o uso do WhatsApp não foi uma escolha metodológica inclusive com pretensões comparativas, mas uma necessidade e, portanto, a possibilidade do estabelecimento de outro tipo de vínculo. A internet se colocou como a forma de troca principal para o exercício etnográfico e também para a vida das pessoas.

Bárbara, 37 anos: os dispositivos eletrônicos na dinâmica das relações familiares

A pesquisadora e Bárbara se conhecem há mais de 10 anos, mas foi na pandemia que a relação entre elas se estreitou, devido à relação de pesquisa estabelecida. Bárbara é parente de uma interlocutora de pesquisa anterior e vive na cidade de Altamira, no interior do Pará. Na pandemia, Bárbara aceitou participar da pesquisa e contribuiu bastante com o relato de seu cotidiano profundamente afetado pela necessidade de distanciamento e isolamento social. Até a pandemia, Bárbara realizava trabalhos esporádicos como faxineira ou cozinheira, completando a renda da família mantida pelo pagamento do Bolsa Família e pelo salário do companheiro, que trabalhava como vigia.

Em termos raciais, Bárbara se define como negra. Na época da pesquisa, a renda de sua família era de menos de dois salários-mínimos, o que corresponde à Classe E. Com as primeiras

determinações de distanciamento e isolamento social, o impacto financeiro sobre a família foi enorme, já que o companheiro também fazia bicos de pedreiro, que não surgiram mais. Contudo, o impacto sobre a dinâmica doméstica da casa foi o mais contundente. Além de Bárbara e de seu companheiro, viviam na casa os oito filhos do casal e mais um filho do relacionamento anterior da interlocutora. Eram onze pessoas em uma casa de 63m². Com a pandemia, a mãe de Bárbara, de 57 anos, juntou-se a eles.

Todos os filhos, exceto o mais velho, estavam na escola e, com as aulas suspensas, passaram a ficar em casa. Ou, pelo menos, deveriam permanecer, pois parte dos esforços de Bárbara consistia em tentar manter os filhos dentro de casa, seguindo a recomendação das autoridades. Mas, com apenas uma televisão e dois ventiladores na residência, a tarefa era difícil. Bárbara teve de se desdobrar para cuidar dos filhos em tempo integral, além de alimentá-los exclusivamente, pois antes eles faziam duas refeições na escola. O companheiro, mesmo sendo pai das crianças, não estava acostumado com a presença delas em casa e reclamava do barulho, da confusão, da desorganização permanente do (pouco) espaço. Desentendimentos, discussões e brigas foram comuns nesse período, não apenas entre o casal, mas também entre Bárbara e a mãe, entre Bárbara e as crianças, das crianças entre si.

Foi, também, porque Bárbara era mais jovem do que a mãe, com mais letramento digital e com mais acesso à internet que ela participou como interlocutora da pesquisa que seria realizada pelo celular, tendo como instrumento principal um questionário detalhado. Antes da pandemia, era frequente que a mãe de Bárbara, Luzia, passasse semanas na zona rural onde vivia seu companheiro, sem acesso à internet e à energia elétrica. Inclusive, o que fez com que Luzia fosse à cidade de Altamira e, então, passasse a viver com a filha foi a necessidade de se informar sobre o Auxílio Emergencial. Bárbara e a mãe possuem o mesmo nível de escolaridade, que é o Ensino Médio completo. Segundo dados do TIC Domicílios (2020), além da classe social, a característica demográfica que tem mais reflexos no manejo da tecnologia é a idade. Segundo essa pesquisa, o uso da internet é mais recorrente na faixa etária até 44 anos (92% de 25 a 34 anos) e mais baixa entre as pessoas de 45 anos ou mais (82% na faixa de 45 a 59 anos) (ibid.:71-72).

Na época, havia na casa de Barbara três celulares - o dela, o do companheiro e o do filho mais velho. Em sua avaliação, seu celular era o pior em termos de configuração (era o “mais fraco”) e também era esse aparelho que servia ocasionalmente para o entretenimento das crianças, que deixavam o aparelho cair, arranhavam e instalavam aplicativos que encurtavam a bateria e a capacidade de armazenamento do dispositivo. Mais adiante, esse mesmo aparelho foi utilizado para receber os trabalhos escolares enviados pelas professoras das crianças menores e para que as crianças maiores instalassem e fizessem uso do aplicativo desenvolvido pelas escolas do município para realização de atividades. Segundo dados do TIC Domicílios de 2020, quando a pesquisa com Bárbara e sua família foi realizada, 90% das pessoas de classe D e E acessavam a internet apenas pelo celular. Esse número é de 11% na classe A, que tem maior acesso a outros dispositivos.

Entender o lugar dos dispositivos eletrônicos na dinâmica das relações familiares é uma via de acesso importante para compreender papéis de gênero e as hierarquias do espaço doméstico. Entender quem possui os melhores aparelhos e quais as formas de obtê-los, quais

aparelhos circulam e quais são de uso privativo, qual a vida útil desses aparelhos e qual sua trajetória desde a aquisição até não servirem mais são caminhos importantes, no contexto atual, para compreender dimensões em torno de gênero, status e desigualdades.

Esse celular de Bárbara foi o dispositivo por meio do qual, quinzenalmente, ela atendia as ligações telefônicas da autora que realizava as perguntas da pesquisa. A opção por ligações telefônicas se devia à complexidade do questionário – várias de suas perguntas eram desdobradas em outras perguntas – e à constatação de que esse era o meio mais estável de comunicação, considerando as questões estruturais de telefonia móvel no Brasil. As ligações telefônicas com esse fim duravam cerca de uma hora e eram interrompidas em torno de 3 a 4 vezes ou porque o sinal de celular caía, ou porque a bateria acabava, ou porque a interlocutora precisava atender a alguma demanda presencial.

Além do contato quinzenal para preenchimento do questionário da pesquisa, realizado por meio de ligações telefônicas, nos primeiros cinco meses da pesquisa o contato com Bárbara foi quase que diário, e isso se dava pelo aplicativo WhatsApp. Por meio de mensagens de texto e de áudio, pelo envio de fotos e, mais raramente, por chamadas de vídeo, a autora acompanhava de perto o cotidiano da família a respeito das condições de saúde, das dificuldades econômicas e dos conflitos. Questões sobre a pandemia, como quem tinha se infectado, quais eram os locais de disseminação da doença, o medo de contrair o vírus, onde obter cestas básicas e, também, a ansiedade com a chegada das vacinas, eram compartilhadas por meio dessa troca de mídias que o aplicativo possibilitava.

Bárbara manejava com relativa facilidade todas as funcionalidades do WhatsApp, mas o mesmo não ocorria quando se tratava de pesquisar alguma informação na internet ou de fazer uso do e-mail. Quando precisava obter informações sobre o Auxílio Emergencial, por exemplo, ou enviar o currículo para postular uma vaga de emprego, Bárbara recorria à pesquisadora, perguntava nos grupos de bairro dos quais participa, ou ia presencialmente a uma *lan house* perto de casa. Ou seja, mesmo quando as habilidades com a internet e/ou com dispositivos eletrônicos são limitadas, ter algum letramento faz diferença na hora de contornar as dificuldades com aquilo que não se sabe.

A principal dimensão que fez com que Cruz e Harindranath (2020) considerassem o WhatsApp uma “tecnologia de vida” foi sua presença no cotidiano da população mexicana, considerada em termos da sua diversidade e complexidade. Razões econômicas e sociotécnicas explicam a popularidade do aplicativo: há diversos planos de internet que não limitam o uso do WhatsApp, ou seja, mesmo sem créditos de internet, é possível continuar enviando e recebendo mensagens (ibid.:2). Assim como os mexicanos entrevistados na pesquisa de Cruz e Harindranath, Bárbara não possui um plano mensal de dados de internet, abastecendo seu celular com créditos apenas o suficiente para manter ativo seu WhatsApp. Além da comunicação com outras pessoas, Bárbara utiliza o aplicativo para situações cotidianas, como pedir gás à distribuidora local, receber notícias de sua cidade e do seu bairro, acessar o catálogo de cosméticos e de outros produtos pelos quais se interessa, assistir a vídeos etc.

Em 2017, o WhatsApp lançou o recurso denominado “status”, que consiste em postagens de fotos, textos ou vídeos que o usuário disponibiliza a partir de sua conta e ficam disponíveis por 24 horas. Bárbara frequentemente posta conteúdos nessa modalidade, em geral

músicas (trechos de videoclipe editados e compartilhados em outra rede social, o TikTok). Mas, além disso, ela também compartilha avisos que entende serem úteis para seus contatos (como vagas de emprego, doações etc). Durante a pesquisa, Bárbara assumiu um cargo na Associação de Moradores de onde vive e passou a acompanhar atividades socioculturais que ocorriam duas vezes na semana. Com seu celular, ela fotografava as atividades (como escolinha de futebol, curso de costura etc) para fins de comprovação. Havia também uma lista de presença. Ela era responsável por coletar as assinaturas dos/as participantes e, posteriormente, fotografar a lista para ser enviada à empresa que era parceira da Associação dos Moradores nas atividades. A comunicação com o presidente da Associação de Moradores e com a empresa se dava por meio do WhatsApp, por onde enviava as fotografias que lhe eram solicitadas.

O desenho da pesquisa “Implementation of COVID-19 related policies for household inequalities across five countries” não incluía o envio de fotografias como parte da metodologia de produção de dados. Contudo, na comunicação via WhatsApp, observamos a frequência do envio de mídias, dentre as quais as fotografias. Assim, ao longo da pesquisa, Bárbara realizou espontaneamente o envio de algumas imagens de seu cotidiano, tanto do espaço doméstico como fora dele. Foram produzidas e enviadas imagens de roupas acumuladas, de suas compras no mercado, dos produtos adquiridos, de confraternizações em família, de medicamentos comprados, de hospitalizações, do estudo dos filhos, dela própria em atividades externas e fazendo uso da máscara e de pontos da cidade modificados pela pandemia.

Até aqui, enfatizamos a versatilidade do aplicativo WhatsApp, por meio do qual a maior parte da interação de pesquisa foi realizada. Embora a relação entre a pesquisadora e Bárbara fosse anterior ao início do estudo, a frequência da comunicação por meio desse aplicativo não apenas tornou possível a produção dos dados da pesquisa, mas estreitou a relação entre elas. Como no estudo de Lins (2020), o WhatsApp teve especial importância na produção de relações de intimidade e na criação de vínculos de confiança. Diferente das redes sociais como Instagram, Facebook etc., o WhatsApp possibilita a troca de informações não necessariamente “publicamente visíveis”, o que permite trocas sigilosas e afetuosas (ibid.:170). Compartilhar o cotidiano de Bárbara significou, de fato, participar de dimensões da sua vida que não eram publicizadas por meio de redes sociais, por exemplo. Assim, foi possível participar das dificuldades de Bárbara com serviços públicos e com a tecnologia, ajudando, quando possível, a resolver problemas com aplicativos de banco ou de órgãos do governo, verificar cadastros da internet e produzir e enviar currículo, entre outras atividades. Por outro lado, o muito que foi compartilhado por meio de mensagens de texto, de voz, de fotografias e de vídeos não significa que tudo poderia ser compartilhado no WhatsApp. Ao contrário, algumas vezes Bárbara realizou ou pediu que fossem realizadas ligações telefônicas para que ela pudesse relatar algum fato.

No período, as dificuldades financeiras que Bárbara atravessava estavam sendo agravadas por problemas familiares com o companheiro e com a família dele. A sogra, que não ajudava com os netos nem quando Bárbara precisava fazer algum bico ou sair em busca de emprego, e uma irmã que cobrava mensalmente a dívida eram referidas por Bárbara como “problemas” ou “atribulações”. Para compartilhá-las, era importante poder determinar o momento exato em que a escuta se daria, uma vez que no WhatsApp nem sempre é certo que a comunicação se dará de maneira sincrônica. Sobretudo, não deixar registrado o que se falou – por texto ou por áudio –

parece ter sido decisivo na avaliação de que esses assuntos não deveriam ser tratados por WhatsApp. Assim, embora a versatilidade do aplicativo possibilite muitos tipos de troca, questões relativas à privacidade e à segurança das conversas modulam o tipo de interação, especialmente quando há circulação de aparelhos e as senhas são compartilhadas, como é o caso de Bárbara. De fato, pouco depois que a funcionalidade de envio de mensagens temporárias do WhatsApp foi lançada, Bárbara ativou esse modo em nossas conversas. Depois disso, as conversas passaram a não ser arquivadas após 24 horas.

Vanessa, 28 anos: o esforço não visível de ensinar os filhos

Vanessa foi o primeiro caso de COVID-19 confirmado na Ocupação em Sumaré-SP. A pesquisadora entrou em contato com ela por WhatsApp, exatamente na semana em que ela e a família estavam em isolamento. O caso foi acompanhado de perto em razão da força-tarefa COVID-19 firmada pela Unicamp em parceria com diversas localidades e populações, consideradas vulneráveis, para realização de testes diagnósticos RT-PCR. Após a primeira semana de mal-estar e desconforto respiratório, Vanessa cumpriu os quinze dias de isolamento em casa. Comunicava-se por WhatsApp com a médica do módulo local de saúde, que aferia seu estado físico e deixava em seu portão remédios, brinquedos para os filhos e produtos de hortifrúti doados em parceria com a produção do MST local.

Há cerca de um ano, Vanessa tinha feito o curso para agente popular de saúde, o que lhe permitia atuar voluntariamente mediando o acesso à saúde entre as famílias moradoras da Ocupação. O módulo de saúde, modelo reduzido de uma Unidade Básica de Saúde, dividia a sede com a coordenadoria do movimento de moradia, de modo que Vanessa agregava duas atividades: era entregadora de boletos, contratada pela ocupação; e agente popular de saúde. Tais atividades a faziam circular, conhecer e ser referência para muitas das famílias dali. Desenvolvendo funções centrais àquele cotidiano, depois das duas semanas de isolamento, ela nunca mais ficou em casa. O trabalho com Vanessa, realizado na mesma cidade da pesquisadora, implicou contato presencial e telefônico, que variaram de acordo com as orientações sanitárias. Em período de maior agravamento, as atividades de visita presencial foram paralisadas em decorrência das medidas de isolamento. Nessas situações, os boletos eram entregues nos portões. Junto a outras três agentes populares de saúde, elas criaram um grupo de WhatsApp que recebia dúvidas e relatos referentes ao estado de saúde da população local. Pelo WhatsApp, indicavam o fluxo do sistema de saúde, auxiliavam com as ações de força-tarefa para teste rápido e aferição dos casos de maior gravidade.

Além do trabalho duplo, Vanessa tinha três meninos, à época, em idade escolar. Sexta série, primeiro ano e pré-escola. Com o marido, viravam-se como podiam para cuidar deles sem outra rede de apoio. A família dele vive no interior do estado da Bahia, e a dela numa periferia de São Paulo. Entre muitos aspectos que o acompanhamento da família poderia indicar, para este artigo foi selecionada uma situação em específico, referente a um episódio de abril de 2021 que Vanessa entendeu como humilhante, desdobrado a partir de um áudio de WhatsApp enviado no grupo de pais (na prática, em sua maioria composto por mães) pela professora do filho menor, de 5 anos, ainda em período pré-escolar.

As atividades enviadas pela professora se referiam ao processo inicial de alfabetização tradicional: cópias de letras e de números. As atividades eram enviadas pelo WhatsApp, e as mães as repassavam aos filhos. No início, ela chegou a imprimir as atividades; mas, com o alto custo envolvido, comprou um caderno e transferia para ele as atividades. Uma discussão se fez no grupo de WhatsApp em torno das atividades propostas. Segundo os responsáveis, eram atividades de primeiro e segundo anos, não de pré-escola. Relataram que as crianças estavam com dificuldade para cumprir, que algumas choravam. O áudio da professora, que se seguiu, motivou muita crítica. O seu conteúdo foi compartilhado com a pesquisadora.

No áudio, a professora chamava a atenção dos pais sobre a importância de eles convencerem os filhos a se interessarem pelos estudos, a gostar da escola, pois sem esse trabalho a criança não se esforçaria em aprender. Ela estaria ensinando de acordo com a base curricular comum, mas ainda era um conteúdo muito aquém do aprendido por crianças em escolas particulares. Na sequência do áudio, entre pedagogizante e moralizante, a professora enviou o vídeo de um aluno dito com espectro autista escrevendo, como forma de mostrar que, se os pais se esforçassem, as crianças conseguiriam. Naquela semana, Vanessa ficou muito chateada com a situação, e o assunto orientou a conversa com a pesquisadora. Ela disse que não se conteve e, junto com os outros pais, criticou a mensagem da professora. Enviou no grupo a seguinte mensagem:

Eu estava ouvindo as mensagens e queria dizer pra professora que a gente se esforça muito pra ensinar os nossos filhos... não é meia horinha, como a senhora diz. Uma criança que não sabe não é igual uma criança que sabe. Eu tenho três filhos, meu filho mais velho tem 11 anos, e é diferente a forma de eu ensinar pro meu filho de 11 anos; é muito diferente como eu ensino pro que tem 5 anos, pro outro que tem 6. É muito difícil. Na escola a gente manda nossos filhos justamente pra isso, pra ter um ensinamento, um aprendizado das lições... Eu concordo que a lei das famílias é ajudar, eu acredito assim, ajudar numa lição de casa, numa tarefa de casa. Agora, a gente virar professora é diferente, é completamente diferente... A justificativa da professora não tá sendo muito legal, porque a gente se esforça - e muito -, porque acredito que todas as mães, todas as mães que estão no grupo, estão se esforçando pra querer ensinar seus filhos da melhor forma. O problema é que não está sendo fácil. Eu digo por mim, não sei se outras mães têm a mesma dificuldade. Eu tenho 3 filhos que estudam no mesmo horário pra usar somente 1 telefone que é o meu, então é muito difícil. O tempo não é exigido só pra 1 filho, somente pro seu aluno. Depois tenho mais dois filhos que precisam da minha ajuda; então não acaba sendo 1 hora, meia hora do nosso tempo: acaba tomando um período de tempo bom, sendo que a gente tem que trabalhar, cuidar da casa, da comida, da roupa e de outros afazeres que todo mundo tem.

Comentando o assunto comigo, ela me disse: “para a professora é fácil, porque está na casa dela. Pra quem tá ensinando, é muito difícil. Eu não fiz uma faculdade, professor faz uma faculdade”. Segundo ela, com esse episódio, as mães teriam ficado muito ofendidas. À pesquisadora, presencialmente, ela seguiu refletindo. Contou do dia em que chorou tentando ensinar o filho menor. Viu que ele queria, mas não estava conseguindo. Ao mesmo tempo se sentia pressionada pela cobrança da professora. Contou que, quando ele conseguiu fazer uma letra, ficou muito feliz, e ela não conteve o choro. Durante a emoção, avaliou que ela e o filho não tinham culpa. E decidiu que não o forçaria mais. Combinou com o marido que, dali em diante, fariam como conseguissem. Na conversa, contrastou a postura dessa professora com a

do seu filho do meio: “É diferente, a professora dele é maravilhosa, eu não tenho o que reclamar. Ela explica. Quando tem uma dúvida, ela fala no privado, não fala no grupo. Ela liga de chamada de vídeo. Ela me ajuda e me incentiva também. Se eu mando uma foto dele fazendo tarefa no grupo, a professora automaticamente escreve: ‘parabéns’”.

Vanessa só tinha um celular e utilizava o mesmo aparelho para as aulas dos três e para o trabalho como agente popular de saúde:

O problema é só um celular; e eu preciso do celular para os três. Que que eu faço? Do do meio, no primeiro ano, eu escrevo no caderno o que a professora – que é maravilhosa – manda, e depois dou o celular pro mais velho, na sexta série. O pequeno, de idade pré-escolar, eu decidi que não vou forçar, infelizmente. Porque eu não consigo fazer. Depois que o mais velho termina, eu vejo as mensagens do trabalho.

A situação abordada a partir de Vanessa, do áudio de WhatsApp sentido como ofensa pelas mães, possibilita demonstrar como a modulação de gênero na desigualdade de acesso à tecnologia, aliada à tripla jornada das mulheres e à dificuldade de acesso às tecnologias digitais, pôde se traduzir ainda na responsabilização e culpabilização das famílias – especialmente das mães – pelo (in)sucesso escolar das crianças. Na contramão dessas narrativas, talvez as fotos do caderno do filho que está no primeiro ano, cuja professora é “maravilhosa”, possam mostrar, mais que palavras, o empenho de Vanessa e de muitas mães em garantir a escolarização:

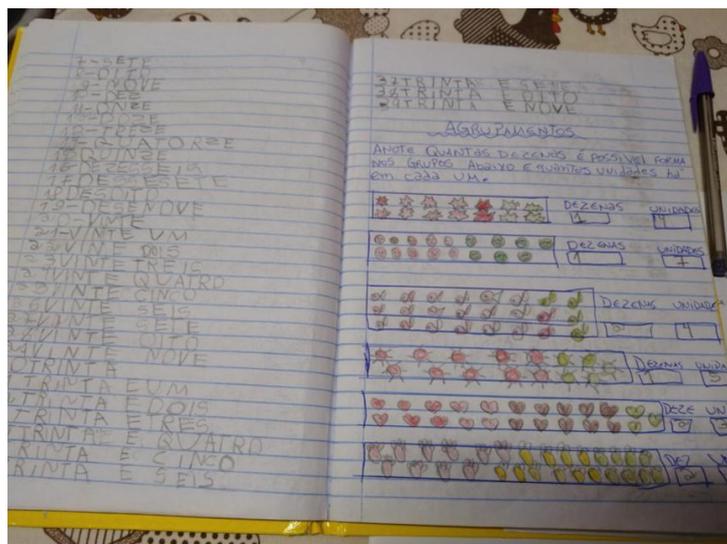


Figura 1 – Imagens do caderno do filho de Vanessa reproduzindo a tarefa enviada por WhatsApp.

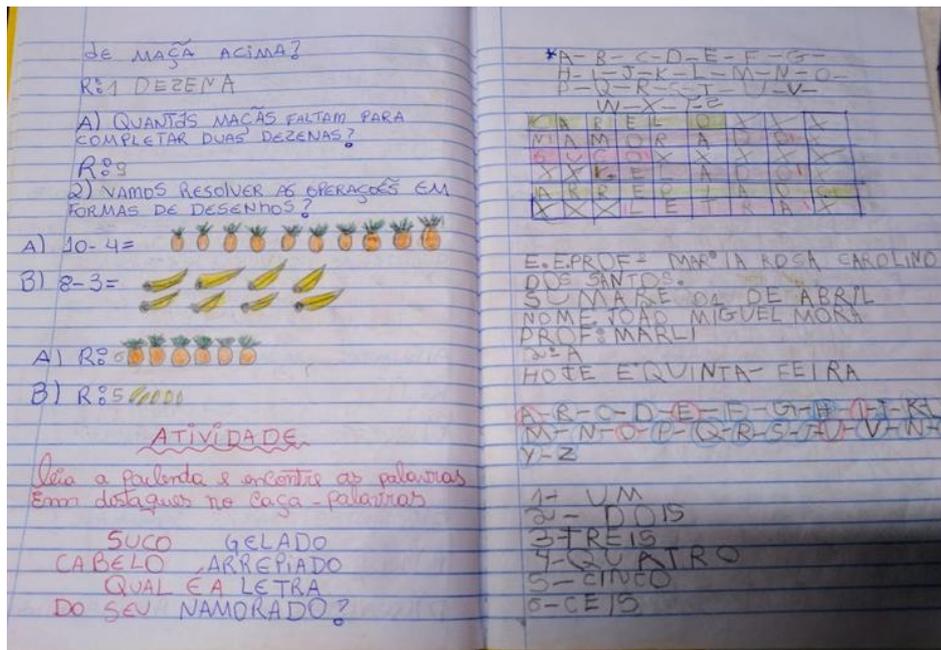


Figura 2 – Imagens do caderno do filho de Vanessa reproduzindo a tarefa enviada por WhatsApp.

Francisca, 32 anos: o luto no cotidiano

Francisca se mudou para Rondônia aos 7 anos junto com a família, que vem de Mascote, na Bahia. Atualmente tem 32 anos, portanto vive há um bom tempo no estado. Foram para Rondônia “sem eira nem beira”, como diria a sua avó. Os parentes estavam em uma “invasão” em uma das antigas demarcações dos projetos de colonização. Depois, quando foram retirados de lá, se deslocaram com os parentes para a cidade de Ariquemes. Ficaram na casa de uma tia que cedeu uma data, isto é, um terreno urbano, onde construíram a casa e moram até hoje.

Quando comentava sobre a vivência da pandemia, Francisca frisava que o momento era mais complicado para as mulheres. A vida doméstica misturada ao espaço de trabalho tinha se tornado rotina exaustiva: “já coa o café trabalhando”, “ajuda a criança a fazer uma atividade e está trabalhando”. Tanto a sua própria mãe quanto seus dois filhos não saem de casa, por isso acredita que “estão mais estressados”. É visível esse fato em sua mãe, pois ela recorrentemente apresentava elevação na pressão.

Os seus filhos estavam estudando por meio de plataformas on-line desde março de 2020. A professora corrigia as atividades do filho menor, enviando a foto do exercício, ao passo que a filha mais velha já estudava diretamente pela plataforma digital. Em relação ao que Francisca não conseguia acompanhar, tirava dúvidas com a professora para ensinar aos seus filhos ou buscava explicação por outros meios. No entanto, alertava que, no caso de pais analfabetos, as crianças muitas vezes não seguiam os estudos, pois eles não teriam condições de acompanhá-las. De todo modo, as aulas dos filhos haviam se tornado mais uma tarefa do mundo exterior trazida para o ambiente doméstico.

Francisca tem uma amiga que trabalhava como técnica de enfermagem na linha de frente no centro de saúde. Ela informava se os leitos estavam lotados, quantas pessoas morreram por conta da COVID-19. Francisca expressava mais confiança na amiga, que se comunicava pelo

WhatsApp com o cotidiano do seu trabalho, do que nos dados oficiais. O contato com essa amiga não fazia parte das ações de movimento social ou de uma transmissão coletiva dos dados. Além disso, apesar de estar exercendo o isolamento social, principalmente durante o período agudo da pandemia, ela ainda permanecia realizando atividades conforme as redes de apoio de que participa, fossem do MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra) ou do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). No dia anterior a uma de nossas conversas, ela havia se reunido com outros amigos, que também fazem parte das redes criadas principalmente pelos movimentos sociais, para comprar uma cesta básica para a amiga da irmã que estava passando necessidades financeiras e que vinha sofrendo agressões físicas pelo marido. Contou-me que a amiga somente estava esperando o Auxílio Emergencial ser disponibilizado para poder sair de casa com os filhos. A cesta básica foi deixada no portão por Francisca, de forma a evitar qualquer contato social.

Em março de 2021, a irmã de Francisca voltou a trabalhar no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), de forma remota. Ela havia sido demitida antes da pandemia, em janeiro de 2020. Naquele momento, elas cogitaram obter empréstimo para o tratamento de câncer da mãe, uma vez que precisavam se deslocar recorrentemente até a capital, Porto Velho. Francisca aventou a possibilidade de pedir um carro emprestado, pois os táxis cobravam quinhentos reais para levar e trazer. Assim que descobriram o câncer de pulmão, tiveram de recorrer a vários médicos, onerando de maneira descontrolada o orçamento da casa. Para que fosse possível o acompanhamento do tratamento, Francisca tinha de ser submetida a um processo de descontaminação a cada momento em que entrava no hospital para permanecer com a mãe, inclusive resguardando um período de quarentena no início do tratamento. Durante esses momentos em que ficava “no quartinho” aguardando, por vezes se comunicava comigo por mensagem de texto no WhatsApp, relatando suas angústias com o tratamento. Era o principal meio também utilizado para se comunicar com sua vizinha e prima que havia permanecido em Ariquemes e que, junto com sua irmã, estava ajudando no cuidado dos filhos.



Figura 3: Captura de tela do WhatsApp contendo comunicação sobre o dia em que a mãe de Francisca veio a falecer, 16 de maio de 2021.

A mãe de Francisca, após menos de um ano de tratamento de câncer no pulmão, veio a falecer em maio de 2021, uma semana após o dia das mães. O processo de luto de sua mãe foi cerceado pela pandemia de COVID-19. Se, de acordo com Rezende e Coelho (2010), a expressão ritual de despedida é fundamental para o curso de um processo de luto, é possível dizer que sua ausência pode significar uma violência simbólico-emocional à pessoa enlutada. Cenas veiculadas nos noticiários mostravam que a prática era de que os corpos de pessoas falecidas em decorrência da COVID-19 fossem embalados em sacos plásticos e encaminhados ao cemitério, sem a possibilidade de os familiares participarem do processo. Francisca, entretanto, conseguiu empreender um ritual de despedida. O velório, restrito a poucas pessoas, foi realizado em uma área aberta, ou seja, com livre ventilação, e debaixo de uma árvore, uma vez que não podiam ser realizadas cerimônias dentro das capelas no cemitério. A cena do velório não só foi descrita por Francisca com muita beleza, pois para ela sua mãe ficaria feliz com a cerimônia, justamente pelo fato de ter sido ao ar livre; mas também foi compartilhada por foto via WhatsApp. Portanto, para Francisca foi possível despedir-se, registrando o momento para a sua família e que também foi compartilhado por foto com a pesquisadora.

Em relação à Francisca, o WhatsApp funcionava principalmente como ferramenta de monitoramento da situação de acometimento de casos de COVID-19 no município onde mora. Durante o início do processo de imunização, ela pôde compartilhar com a autora fotos suas e da família, principalmente de sua mãe, já acometida pelo câncer, recebendo as tão aguardadas doses da vacina.

O WhatsApp era também fundamental para seguir com as ações dos movimentos sociais dos quais participava, ainda que de maneira diferenciada durante as recomendações de isolamento social. Essas ações ocorriam em período anterior à pandemia e mesmo com o uso do WhatsApp, mas, durante a crise sanitária, houve uma intensificação no meio digital de atividades comuns a essas redes, tal qual apresentado em outros trabalhos que analisam diferentes campos de pesquisas no momento de isolamento social (Cf. Segata 2020; Bottino, Scheliga e Menezes 2020). As ações das redes de movimentos sociais visavam socorrer, durante o período agudo da pandemia, principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade doméstica por várias razões, fosse violência ou instabilidade financeira ou mesmo ambas. O uso de smartphones, sobretudo o WhatsApp, foi um instrumento importante para que ela acompanhasse os seus filhos de longe quando tinha de se deslocar para a capital e acompanhar o tratamento de câncer de sua mãe.

De certa forma, havia uma qualidade quase terapêutica advinda da interação com Francisca e as similaridades encontradas – ser mulher, moradora do Norte, insegurança em relação aos pais, irmãos e companheiros. Essa qualidade de afetação crescia nesses encontros digitais. Dessa maneira, tal como Favret-Saada (2005:159) postula, “esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los”. Essa intensidade foi mediada pela interferência de um aparelho celular que, mesmo que se prestasse principalmente às chamadas de voz, trouxe também o imediatismo do que ocorria, fosse por áudio ou mensagem, aproximando digitalmente a narrativa geograficamente distante.

Márcia, 24 anos: o limite

O companheiro de Márcia trabalhava “na noite”. Quando o período agudo da pandemia iniciou, as festas acabaram, e ele não pôde seguir trabalhando. Eles estavam juntos há quatro anos e, no início de 2019, haviam resolvido morar juntos. Márcia foi morar primeiro com ele na casa de sua sogra. Depois de alguns meses, eles se separaram, e Márcia alugou o apartamento no qual viviam à época das entrevistas para a pesquisa. Eles voltaram a ficar juntos, mas logo depois o namorado passava a maior parte da semana em Porto Velho. A partir do agravamento da pandemia, ele se mudou definitivamente para viver com ela em Ariquemes.

Ela comentava que o salão onde trabalhava há apenas uma semana estava com dificuldades de retorno financeiro: não havia clientes devido ao isolamento social. Márcia fazia questão de atender usando máscara e não deixava ninguém entrar sem ela. O WhatsApp estava sendo uma ferramenta importante de divulgação dos serviços oferecidos no salão de beleza, que havia se tornado parte importante da renda do casal. Além disso, a família dela ajudava financeiramente com a renda de um aluguel, faltando o dinheiro das despesas, que eram pagas com o trabalho dela e com o Auxílio Emergencial que o namorado recebeu (porque ela não conseguiu receber). Mesmo assim, quando faltava algo em casa, Márcia pedia à mãe.

Nas duas últimas semanas de contato por WhatsApp, o namorado não trabalhou. Ele estava com dinheiro, mas Márcia não sabia informar a sua proveniência. Por isso, ela pegou cem reais com o namorado para pagar o aluguel e outros duzentos com sua mãe. Ainda restava receber cento e trinta reais de uma cliente, mas o namorado não comentou nada sobre contribuir com o que faltava para completar o pagamento. Sempre mencionava em nossas conversas por WhatsApp que não gostava de pedir muito da família e que havia trabalhado sempre desde jovem. Mas, com a pandemia, ficou sem dinheiro para pagar as contas. Ela só pedia “quando apertava muito”. A mãe, segundo a interlocutora, “possuía uma condição financeira melhor”.

No início da pandemia, Márcia e o namorado estavam seguindo o isolamento; mas, no momento da última conversa, não estavam fazendo tantas privações. No entanto, afirmava que ambos estudavam muito, então gostavam mais de ficar em casa, “fazendo as coisas deles”. Evitavam ir a festas ou sair à noite. Porém, depois de nossa última conversa, os dois foram a uma festa, e o namorado se excedeu na bebida, de acordo com amigos – com os quais também tive contato via WhatsApp –, por conta de ciúmes. Dias depois, chegou a notícia pelo jornal da cidade de que ela havia sido encontrada morta, aparentemente por enforcamento, no apartamento onde morava.

As investigações avançaram por meses até concluírem que a cena do suicídio havia sido forjada. O principal suspeito do crime no início da investigação era o próprio namorado. Nesse momento, acompanhei as notícias pelo jornal e por amigos na cidade via WhatsApp. A família da vítima não acreditava que a jovem poderia ter se matado. Também por meio do WhatsApp, fui informada acerca do desdobramento da investigação. Algumas pessoas próximas ao namorado, que havia sido indiciado, e conhecidos que moravam no município apostavam que o namorado era culpado, bem como os jornais locais afirmavam que o crime havia sido forjado como um suicídio. De acordo com a repercussão na mídia nacional, o laudo produzido pelo Instituto Médico Legal (IML) indicou que as lesões não eram compatíveis com suicídio. O

indiciado teve o pedido de *habeas corpus* negado tanto em instância local quanto em instância federal. Porém, em setembro de 2021, um novo laudo foi produzido de forma a inocentar o réu, a partir do pedido do advogado de defesa por uma nova reconstituição da noite do ocorrido. Ao ser indagado sobre ter modificado a cena do crime, ele afirmou ter tentado salvar a vida da namorada, movimento que foi em vão.

Em relação à Márcia, o WhatsApp funcionava tanto como suporte pessoal, como elo entre amigos e familiares, quanto como suporte à divulgação da fonte de renda, uma vez que o trabalho de seu namorado não poderia ser exercido frente às restrições de isolamento social. Obviamente, também tornou possível a existência do contato entre a interlocutora e a pesquisadora. Por meio dessa ferramenta, também a notícia do possível feminicídio foi espalhada para os familiares, amigos e moradores, que trocavam informações sobre o ocorrido. Na investigação, não há referência a nenhum estado depressivo da vítima, fato corroborado com o uso do aplicativo.

Na bibliografia especializada sobre WhatsApp (Pang e Woo 2000), o aplicativo é referido como “safe space” pela possibilidade de trocas de mensagens entre os usuários de maneira individualizada, quase sempre associada a um código ou senha para desbloqueio do aparelho celular. No entanto, as mensagens de WhatsApp também desempenharam um papel crucial no desdobramento da investigação da morte da interlocutora. Segundo um site de notícias local, diante do pedido da defesa do indiciado, foi extraído todo o conteúdo do celular. Houve uma demora no acesso ao celular da vítima, uma vez que, de acordo com o advogado de defesa, somente a Polícia Federal conseguiu desbloquear o aparelho. Assim, a perícia, de acordo com o site “Ariquemes 190”¹, teve acesso a conversas de WhatsApp, sendo que em uma dessas Márcia haveria afirmado com uma pessoa próxima que “não era capaz de suportar”, antes de se despedir, tendo sido verificada a autenticidade da autoria da mensagem. Participar, ainda que brevemente, do cotidiano de Márcia permitiu verificar os usos do WhatsApp, sejam pessoais ou profissionais. Isso aproximou a interlocutora e a pesquisadora para além das perguntas do questionário. Da mesma forma, o conteúdo das mensagens desse aplicativo se tornou material para colaborar na condução da investigação de sua morte.

Considerações finais

A experiência de pesquisa por meio do smartphone, como outras formas de produção de dados, implica potencialidades e limites. Na pesquisa de Mochel (2023) a respeito do uso de mídias digitais entre pentecostais, a decisão de tomar o WhatsApp como foco das observações foi justificada pela centralidade desse aplicativo nas dinâmicas religiosas contemporâneas. No nosso caso, consideramos inicialmente que o WhatsApp seria a estrutura que viabilizaria nosso acesso às interlocutoras da pesquisa, mas, com o decorrer da pesquisa, logo entendemos que suas funcionalidades e disfuncionalidades estavam por construir a nossa forma de interação. Como dissemos, outros recursos foram utilizados – como ligações telefônicas “convencionais” e até conversas presenciais, no caso de Vanessa –, mas até mesmo isso não esteve fora do

¹ Conferir em: <https://ariquemes190.com.br/noticia.php?id=62658>.

Whatsapp, já que muitas vezes essas ligações eram previamente combinadas por meio do aplicativo e o presencial também era pautado por situações que ocorriam no digital.

Sem dúvida, em alguns casos, conhecer previamente as interlocutoras, como também compartilhar com ela as mesmas redes e até grupos de WhatsApp, foi um grande facilitador para que as interações por meio desse aplicativo tivessem alcançado um nível de profundidade adequado à pesquisa etnográfica, permitindo a construção de laços de confiança necessários à prática etnográfica. Experimentamos, portanto, uma nova forma de interagir, caracterizada por ser à distância e com uso de tecnologia pouco explorada pelas interlocutoras para a comunicação cotidiana, após a experiência do “estar lá” presencialmente, que foi temporariamente limitada pela pandemia. O objetivo do artigo foi investigar de que forma o uso WhatsApp possibilitou a condução da pesquisa, bem como possibilitou a participação no cotidiano das interlocutoras.

A bibliografia voltada a pensar o digital tem criticado a oposição entre “real” e “virtual”, apontando as conexões e continuidades entre o “on-line” e o “offline” (Parreiras 2015; Lins Parreiras e Freitas 2020; Lins 2020; Marins 2020; Mochel 2023). De fato, as interações de pesquisa mediadas por smartphones conectados à internet possibilitaram um tipo de proximidade que talvez trabalhos de campo presenciais não pudessem oferecer. Por meio dos smartphones, estivemos ao alcance das mãos das pessoas quase que o tempo todo, se considerarmos que as interações não necessariamente ocorrem de maneira síncrona. Fomos colocadas em cenas de conflitos (Lacerda e Parreiras 2021), solicitadas a colaborar na resolução de dificuldades tecnológicas e de outros tipos, atuamos como ouvintes e confidentes num momento em que a circulação das pessoas estava restrita, e o smartphone era um importante canal de conexão com o mundo ao redor.

Há dados de que a pandemia, com suas recomendações de isolamento e distanciamento social, acelerou a ampliação do número de domicílios conectados à internet em todas as classes. Mas foi nas classes D e E, historicamente com menor acesso à internet, que o crescimento foi mais relevante (de 50%, em 2019, para 64%, em 2020, segundo dados do TIC Domicílios de 2020). De uma perspectiva microssociológica, é possível dizer que houve consideráveis avanços no letramento digital das interlocutoras da pesquisa, considerando o período anterior à pandemia e o momento atual. E não apenas nas habilidades notamos mudanças, mas também observamos que os smartphones são considerados itens ainda mais importantes em seu dia a dia, demandando investimentos financeiros consideráveis para sua aquisição e manutenção.

Para realizarmos a pesquisa por meio de smartphones, precisamos driblar dificuldades estruturais. Os investimentos que nossas interlocutoras realizaram – em dispositivos e formas de conexão – não foram acompanhados de melhorias estruturais em suas regiões e bairros. Ainda assim, como no estudo de Marins (2020), movemo-nos a partir da relação que as nossas interlocutoras tinham com a internet e seus dispositivos, em muitas vezes ultrapassando a interação específica relativa aos questionários e observando de maneira mais geral como usavam seus smartphones, conectados ou não à internet. Assim, mais do que uma forma de acessar as interlocutoras, consideramos que pudemos acessar seus cotidianos. Os smartphones, e especialmente o WhatsApp, foram observados a cada dobra, em suas fisicalidades, usos e conteúdos. Por meio deles, consideramos ter sido possível compreender um cotidiano tramado de enfrentamentos e dilemas: dívidas, falta de dinheiro, trabalho, cuidado com a casa, com os

filhos, com parentes mais velhos. Tarefas e preocupações que sobrecarregam as mulheres, em especial as mais pobres.

Referências Bibliográficas

- BOTTINO, Caroline Martins de Melo; SCHELIGA, Eva Lenita; MENEZES, Renata de Castro. 2020. “Experimentos etnográficos em redes e varandas: a religião em tempos de pandemia”. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 29(supl): 289-301.
- CRUZ, Edgar Gómez; HARINDRANATH, Ramaswami. 2020. “Whatsapp as a ‘technology of life’: reframing research agendas”. *First Monday*, v. 25, n.12: s/p.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. *Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie*, 8: 3-9.
- FREITAS, Eliane Tânia; RAMOS, Jair de Souza. 2017. “Etnografia digital”. *Revista Antropolítica*, n. 42: 8-15.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2022. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD - contínua*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LACERDA, Paula. 2021. “A ‘capital da Transamazônica’ em tempos de pandemia: reflexões para além dos grandes centros”. *Wamon - revista dos alunos do programa de pós-graduação em antropologia social da UFAM*, v. 6, p. 107-122.
- LACERDA, Paula; PARREIRAS, Carolina. 2021. “Conflicting care in Brazil”. *Anthropology News*. May/June 2021 Print Issue: Care. v. 62, p. 1. Disponível via: <https://www.anthropology-news.org/articles/conflicting-care-in-brazil/> Acesso em 10 de fev. 2025.
- LINS, Beatriz Accioly. 2020. “‘A internet é o celular’: uma antropóloga entre smartphones, câmeras frontais e redes sociais”. *Internet & Sociedade*, v. 1, n.2, dezembro: 150-177.
- LINS, Beatriz Accioly; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane Tânia. 2020. “Estratégias para pensar o digital”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, vol. 29, n.2: 1-10.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. “Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad”. *Horizontes Antropológicos*, vol. 10, n. 21: 41-65.
- PANG, Natalie. & WOO, Yue Ting. 2020. “What about WhatsApp? A systematic review of WhatsApp and its role in civic and political engagement”. *First Monday*, 25(12): s/p. Disponível via: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/10417> Acesso em 22 ago. 2024.
- PARREIRAS, Carolina. 2015. *Altporn, corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2024. “Etnografia e uso de plataformas digitais: Aprendendo com o whatsapp”. *Revista Novos Debates*, 10 (1).

- PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19 metodologia adaptada. 2021. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- MARINS, Cristina. 2020. "Internet e trabalho de campo antropológico: dois relatos etnográficos". *Ponto Urbe*, n. 27, dezembro, s/p. Disponível via: <https://journals.openedition.org/pontourbe/9067> Acesso em 22 ago. 2024.
- MOCHEL, Lorena. 2023. *A fluidez da unção: raça, gênero e erotismo evangélicos nas materialidades de um Ministério digital*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NEMER, David. 2021. *Tecnologia do Oprimido. Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Milfontes.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SEGATA, Jean. 2020. "A pandemia e o digital". *Todavia*. Porto Alegre. Vol. 7, n. 1: 7-15.
- TREERÉ, Emiliano. 2020. "The banality of WhatsApp: On the everyday politics of backstage activism in Mexico and Spain". *First Monday* 25(12): s/p. Disponível via: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/10404> Acesso em 10 de fev. 2025.
- WOUTERS, Paul; BEAULIEU, Anne; SCHARNHORST; WYATT, Sally. 2013. *Virtual Knowledge: experimenting in the humanities and the social sciences*. The Mit Press, Cambridge Massachusetts, London, England.

Enviado: 30 de agosto de 2024
Aceito: 10 de janeiro de 2025

O WHATSAPP NA PRÁTICA ETNOGRÁFICA: ACESSO DIGITAL E FERRAMENTA DE PESQUISA JUNTO A MULHERES POBRES NA PANDEMIA

Resumo

O artigo discute o uso de smartphones na pesquisa etnográfica, particularmente por meio do WhatsApp. A pesquisa partiu de estudo realizado com 4 interlocutoras durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, quando a recomendação principal era o distanciamento e isolamento social. O contexto da pandemia foi o propulsor de mudanças, dificuldades e conflitos na vida das nossas interlocutoras, o que nos foi narrado por meio do celular. Considerando os usos flexíveis, móveis, instantâneos e personalizados do WhatsApp (Cruz e Harindranath 2020), argumentamos que estivemos ao alcance das nossas interlocutoras para o compartilhamento de situações cotidianas e excepcionais. Compreender o uso de dispositivos eletrônicos, o acesso à internet e também as desigualdades no acesso às tecnologias digitais, atravessadas por gênero, configura-se como questão relevante para a pesquisa etnográfica atual. Se havia uma bibliografia crescente chamando atenção para a importância dos estudos sobre o digital, a questão ganha escala sobretudo no contexto após a pandemia, que afetou significativamente as formas de interação e as dinâmicas sociais.

Palavras-chave

smartphone; WhatsApp; COVID-19; gênero; desigualdades.

WHATSAPP IN ETHNOGRAPHIC PRACTICE: DIGITAL ACCESS AND RESEARCH TOOL FOR POOR WOMEN IN THE PANDEMIC

Abstract

The paper discusses the use of smartphones in ethnographic research, particularly WhatsApp. The research was based on a study carried out with 4 participants during the first year of the COVID-19 pandemic when the main recommendation was social distancing and isolation. The context of the pandemic was the driver of changes, difficulties, and conflicts in the lives of our collaborators, narrated to us via cell phone. Considering WhatsApp's flexible, mobile, instant, and personalized uses (Cruz and Harindranath 2020), our argument is that we were within reach of our interlocutors to share everyday and exceptional situations. Understanding the use of electronic devices, internet access, and inequalities in digital technology access is a relevant issue for current ethnographic research. If there were a bibliography about digital studies, it grows especially after the pandemic, which has significantly affected forms of interaction and social dynamics.

Keywords

smartphone; WhatsApp; COVID-19; gender; inequalities.